

**CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE USO DE REDE PARA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL POR MEIO DE
REDE VIRTUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CLARO S.A. E A
<<EMPRESA>>**

CLARO S.A., com sede na Rua Henri Dunant, n.º 780, Torres A e B, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04709-110, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 40.432.544/0001-47, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “**CLARO**”;

e, de outro lado,

<<**EMPRESA**>>, com sede <<XXXXXXXXXX>>, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º <<XXXXXXXXXX>>, neste ato devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada “**MVNO AUTORIZADA**”;

Sendo **CLARO** e <<**EMPRESA**>>, quando referidas em conjunto, denominadas “Partes” e individualmente, “Parte”.

CONSIDERANDO QUE:

I – A CLARO é prestadora do Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), conforme respectivos Termos de Autorização celebrados com a Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”);

II – A <<**EMPRESA**>> é pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País, e tem interesse em prestar o SMP por meio de rede virtual, no modelo autorizado, na forma da Resolução da ANATEL n.º 550, de 22 de novembro de 2010;

III – A prévia celebração de Contrato de Compartilhamento de Uso de Rede com a Prestadora de Origem, na forma definida pela regulamentação, constitui condição indispensável para que a <<**EMPRESA**>> obtenha Autorização da ANATEL para prestar o SMP por meio de rede virtual, além das condições objetivas e subjetivas exigidas por lei;

IV – A <<**EMPRESA**>> apresentou à CLARO, detalhadamente, a maneira pela qual pretende (a) prestar o SMP por meio de rede virtual e (b) compartilhar a rede da CLARO como rede de suporte, cujas condições foram criteriosamente avaliadas pela CLARO e aprovadas, face à viabilidade de sua implementação;

V - As Partes reconhecem que o início da operação comercial da atividade objeto do Contrato de Compartilhamento está condicionado à prévia aprovação pela ANATEL, nos moldes da regulamentação,

resolvem as Partes celebrar o presente *Contrato de Compartilhamento de Uso de Rede para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual* (“Contrato”), em conformidade com as cláusulas a seguir:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto estabelecer, na forma da regulamentação, os termos e condições relacionados ao Compartilhamento de Uso de Rede da **CLARO** para suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal por meio de rede virtual pela **<<EMPRESA>>** (“Compartilhamento”).

1.1.1. O Contrato de Compartilhamento possibilitará à **<<EMPRESA>>** oferecer o Serviço Móvel Pessoal (SMP) por meio de rede virtual aos usuários do SMP (“Clientes de RV-SMP”), conforme regulamentação aplicável, com a contratação pela **<<EMPRESA>>** da Rede da **CLARO**, em regime de exploração industrial, para viabilizar a prestação do Serviço Móvel Pessoal (Dados, Voz e SMS) nas Regiões I, II e III do PGA – SMP (Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal), conforme vierem a ser lançados pela **<<EMPRESA>>**, respeitando as tecnologias e a disponibilidade de cobertura da Rede da CLARO no momento e na localidade de prestação do SMP, durante a vigência do Contrato de Compartilhamento.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes

ANEXO 2 – Condições Técnicas

Apêndice A – Projeto Técnico de Compartilhamento de Rede

<<A ser elaborado entre as equipes técnicas da CLARO e da <EMPRESA>, incluindo eventuais serviços, facilidades e comodidades a serem ofertadas>>

Apêndice B – Plano de Implementação do Projeto

<<A ser elaborado entre as equipes técnicas da CLARO e da <EMPRESA>, incluindo os prazos acordados entre as Partes, inclusive a data para o início das atividades. >>

Apêndice B.1 – Termo de Aceitação Parcial

Apêndice B.2 – Termo de Aceitação Final

Apêndice C – Manual de Práticas e Procedimentos Operacionais (MPPO)

<<A ser elaborado entre as equipes técnicas da CLARO e da <<EMPRESA>>

ANEXO 3 – Condições Operacionais para Gestão de Serviços

ANEXO 4 – Definições

2.2. Em caso de divergência entre os Anexos e o presente Contrato, este deverá prevalecer na sua íntegra sobre aqueles.

2.3. O conteúdo e a forma dos anexos serão mantidos atualizados por acordo entre as Partes, mediante celebração de Termo Aditivo, observado o disposto neste Contrato.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

3.1. Constituem obrigações das Partes, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente:

- 3.1.1. Cumprir as condições legais e regulamentares que recaiam sobre as Autorizadas do SMP, salientando-se, mas não se limitando, o Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal – SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), o Regulamento Geral de Portabilidade – RGP, o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ SMP, o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, o Regulamento Geral de Interconexão - RGI e os Regulamentos de Remuneração pelo Uso de Redes do SMP e do STFC.
- 3.1.2. Responsabilizarem-se solidariamente pelo uso eficiente dos recursos compartilhados;
- 3.1.3. Executar, em conjunto com a outra Parte, os testes necessários à implementação e manutenção do Compartilhamento objeto do presente Contrato, conforme disposto no Anexo 2 – Condições Técnicas - deste instrumento;
- 3.1.4. Garantir que seus respectivos equipamentos e instalações estejam, a qualquer tempo, em conformidade com as normas e regulamentação vigentes e com os requisitos técnicos especificados no presente Contrato e em seus anexos;
- 3.1.5. Intercambiar, entre as Partes, todo e qualquer tipo de informação que vise assegurar o Compartilhamento objeto do presente Contrato de forma eficiente e protegido contra fraudes, observadas as obrigações estabelecidas na Cláusula Décima Sexta – Confidencialidade – do presente Contrato;
- 3.1.6. Cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no presente Contrato com o mesmo empenho, cuidado e diligência que normalmente utilizam em seus próprios negócios;
- 3.1.7. Notificar a outra Parte, conforme procedimentos especificados no Apêndice C – Manual de Práticas e Procedimentos Operacionais (MPPO), que integra o Anexo 2 - Condições Técnicas - deste Contrato, sobre qualquer alteração, anomalia, defeito, mau funcionamento ou falha em sua rede e/ou sistemas de tecnologia da informação (TI) que possa afetar diretamente o Compartilhamento objeto do presente Contrato;
 - 3.1.7.1. Na hipótese de alterações na rede ou sistemas de TI que se destinem a atender a norma regulatória, o prazo de sua implementação observará o disposto pela ANATEL ou pelo órgão competente.
- 3.1.8. Adotar os procedimentos, conceituações, definições e parâmetros operacionais acordados entre as prestadoras participantes do Grupo Executivo de Antifraude em Telecomunicações – GEAF-T com o objetivo de combater e prevenir conjuntamente a ocorrência de fraudes em suas redes;
 - 3.1.8.1. A responsabilidade da **CLARO** sobre eventuais fraudes limitar-se-á à hipótese em que, comprovadamente, os eventos tenham ocorrido por negligência ou ação direta e intencional de seus empregados, agentes ou terceiros contratados para a execução deste Contrato de Compartilhamento.
- 3.1.9. Atuar de forma coordenada, principalmente no levantamento e análise dos requisitos necessários para interligação e/ou integração de sistemas e elementos de rede das Partes, devendo estas sinalizar, uma à outra, todas quaisquer situações que impliquem

impactos na implementação e, especialmente, na ativação comercial do compartilhamento avençado no presente Contrato;

- 3.1.10. Para os casos exigidos pela ANATEL, utilizar apenas equipamentos com Certificação emitida ou reconhecida pela ANATEL, conforme regulamentação aplicável, inclusive observando suas condições de funcionamento;
- 3.1.11. Não conectar, direta ou indiretamente, nas suas respectivas redes, quaisquer equipamentos ou sistemas de telecomunicações que possam danificar, prejudicar ou interferir na rede da outra Parte;
- 3.1.12. Manter em plena validade e regularidade os seguros de seus equipamentos, especialmente na hipótese de que estejam em área compartilhada;
- 3.1.13. Manter todas as licenças, registros, aprovações governamentais ou quaisquer outros documentos que sejam necessários para a execução de suas atividades, e, especialmente, aquelas inerentes à consecução do presente Contrato, nos termos da legislação aplicável;
- 3.1.14. Indicar, dentro de 30 (trinta) dias da assinatura do presente Contrato, seus respectivos Gerentes de Contrato, que deverão ser o ponto de contato entre as Partes para o gerenciamento deste Contrato, cabendo aos mesmos a definição dos endereços para o envio de correspondência, bem como a apresentação dos representantes das áreas responsáveis pela geração dos arquivos a serem enviados e recebidos, emissão dos documentos de cobrança, e solicitação e recebimento de outras informações necessárias para a consecução do objeto deste Contrato, conforme previsto no Anexo 3 – Condições Operacionais para Gestão de Serviços - deste instrumento.

4 – CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CLARO

- 4.1. Constituem obrigações da **CLARO**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente:
 - 4.1.1. Realizar as atividades de integração e desenvolvimento dos sistemas de TI e de sua rede de SMP, conforme descrito no Anexo 2– Condições Técnicas -, e seus apêndices, bem como selecionar e contratar as empresas terceirizadas prestadoras de serviços para tais finalidades, quando necessário.
 - 4.1.2. Coibir, no limite de suas responsabilidades, práticas tipificadas como irregulares ou clandestinas quando confrontadas com os objetivos da Resolução n.º 550, de 22 de novembro de 2010, da ANATEL;
 - 4.1.3. Comunicar, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias corridos da data pretendida para sua efetivação, as alterações na sua rede que possam afetar ou exigir alterações de infraestrutura da **MVNO AUTORIZADA**;
 - 4.1.4. Licenciar as Estações Rádio Base da **MVNO AUTORIZADA** nos casos em que esta detiver Estações Rádio Base próprias;
 - 4.1.4.1. O licenciamento mencionado no item 4.1.4 acima somente ocorrerá quando a utilização das estações Rádio Base de propriedade da **MVNO AUTORIZADA** se der por acordo prévio entre as Partes.

- 4.1.5. Garantir à **MVNO AUTORIZADA**, no mínimo, e no que depender exclusivamente da **CLARO**, os mesmos níveis de serviço da rede de telecomunicações que esta mantém para si mesma.
- 4.1.6. Bloquear, em sua rede, os terminais não certificados, nas redes do SMP que constarem no cadastro do CEMI (Cadastro de Estações Móveis Impedidas).
- 4.1.7. Encaminhar e prover, observados os acordos técnicos e procedimentos constantes do Apêndice A – Projeto Técnico de Compartilhamento de Rede – que integra o Anexo 2 – Condições Técnicas – do presente Contrato de Compartilhamento, o serviço de localização de todas as chamadas e mensagens de emergência, nos termos definidos pela ANATEL.
- 4.1.8. Encaminhar, observados os acordos técnicos e procedimentos constantes do Apêndice A – Projeto Técnico de Compartilhamento de Rede – que integra o Anexo 2 – Condições Técnicas – do presente Contrato de Compartilhamento, para os destinos corretos todas as chamadas destinadas a serviços identificados como de interesse ou de utilidade pública nos termos definidos pela ANATEL.

5 – CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA MVNO AUTORIZADA

- 5.1. Constituem obrigações da **MVNO AUTORIZADA**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente:
 - 5.1.1. Licenciar as estações móveis vinculadas à sua operação como prestadora do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual;
 - 5.1.2. Cumprir as metas de qualidade fixadas no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), bem como os demais dispositivos desse Regulamento relativos a definições, métodos e frequência de coleta, consolidação e envio à Anatel de dados;
 - 5.1.3. Proceder e permitir, quando exigida, a interceptação legal, nos termos da lei;
 - 5.1.4. Comunicar à **CLARO**, com antecedência mínima de 90 (dias), as ações que pretenda adotar, e que possam impactar no desempenho da rede e dos sistemas de TI utilizados na consecução do objeto deste Contrato;
 - 5.1.4.1. As ações mencionadas no Item 5.1.4 que representem risco à integridade da rede ou dos serviços prestados pela **CLARO** somente podem ser implementadas pela **MVNO AUTORIZADA** se e quando aprovadas previamente pela **CLARO**.
 - 5.1.5. Responsabilizar-se pelos procedimentos relacionados à portabilidade numérica, na forma da regulamentação correlata;
 - 5.1.6. Realizar a tarifação, faturamento, arrecadação e a cobrança dos seus Clientes de RV-SMP, bem como responsabilizar-se pelas taxas, contribuições e quaisquer outros tributos incidentes sobre os serviços prestados pela **MVNO AUTORIZADA** (exceto pelas taxas e contribuições incidentes sobre o licenciamento de Estações Rádio Base, que são de responsabilidade da **CLARO**);
 - 5.1.7. Arcar com todas as atividades e custos envolvidos na cadeia de valor dos Módulos de Identificação de Assinante (“SIM Card”) desde a fabricação até a comercialização e ativação dos mesmos;

- 5.1.8. Arcar com todas as atividades e custos envolvidos na obtenção dos recursos de numeração a serem por ela utilizados na prestação do SMP por meio de Rede Virtual na modalidade Autorizada;
- 5.1.9. Estabelecer os acordos de interconexão, bem como outros acordos correlatos, tais como para cofaturamento, fornecimento de dados cadastrais de assinantes necessário à execução dos contratos, etc, com as demais prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da regulamentação;
- 5.1.10. Arcar com seus custos internos que eventualmente advirem da hipótese de substituição de tecnologias empregadas pela **CLARO** ou da implementação de novas tecnologias que possam ser empregadas na prestação do SMP pela **CLARO**. Na eventual necessidade de manutenção de tecnologia descontinuada pela **CLARO** para atendimento exclusivo da operação da **MVNO AUTORIZADA**, esta última se responsabilizará por todos os custos envolvidos na operação e manutenção de tais recursos;
- 5.1.11. Arcar com os custos para expansão de capacidade de recursos da rede e/ou sistemas de TI da **CLARO** para comportar o tráfego e/ou volume de processamento de registros decorrentes dos serviços prestados pela **MVNO AUTORIZADA**, sem prejuízo do disposto nos itens 5.1.4 acima, bem como 5.1.13 e 5.1.14 abaixo;
- 5.1.12. Arcar com os custos de meios de transmissão e links necessários para a interligação/integração dos elementos de rede e sistemas da **CLARO** com os da **MVNO AUTORIZADA** necessários à execução deste Contrato de Compartilhamento.
- 5.1.13. Não prejudicar o bom funcionamento das redes de telecomunicações com ações que resultem, por exemplo, em elevação brusca de congestionamento, queda de qualidade;
- 5.1.14. Coibir ações que visem a geração de tráfego que não esteja aderente ao objeto do presente Contrato (“tráfego indevido”), e, especialmente, com o propósito de geração de altos volumes de tráfego originados ou terminados na rede da **CLARO** ou nas interconexões desta com as demais prestadoras de serviços de telecomunicações;
- 5.1.15. Assumir a obrigação de instalar e operar sistemas antifraude com, no mínimo, as funcionalidades adotadas pela indústria ou compatíveis com os requisitos da Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações – ABRT, bem como investir na atualização tecnológica de sistemas, ferramentas e estrutura organizacional;
- 5.1.16. Fornecer à **CLARO**, sempre que requisitado por esta, as informações relacionadas ao planejamento da **MVNO AUTORIZADA** sobre as demandas futuras da sua base de Usuários, de modo que tais informações possam ser consideradas, pela **CLARO**, no planejamento e administração da rede da **CLARO**, bem como de seus sistemas de suporte ao negócio;
- 5.1.17. Não iniciar a comercialização dos serviços que dependerem do compartilhamento de que trata o objeto deste Contrato, sem que sejam concluídos todos os testes especificados pelas Partes, e sem que haja a formalização de aceite, conforme item 5.1.19 abaixo, para ativação comercial do compartilhamento;
- 5.1.18. Não celebrar Contrato de Compartilhamento de Uso de Rede, onde figure na condição de Prestadora de Origem de outras Autorizadas de Rede Virtual na mesma região geográfica onde também for Autorizada de Rede Virtual.

- 5.1.18.1. Na hipótese da **MVNO AUTORIZADA** tornar-se Prestadora de Origem de prestadoras Credenciadas nos termos da Resolução n.º 550/2010 da ANATEL, deverá assumir, nos respectivos contratos de representação, bem como quaisquer outros contratos em que a **CLARO** não seja parte, total responsabilidade pelos serviços previstos no objeto dos mesmos, sendo vedada a vinculação da **CLARO** a quaisquer obrigações e/ou responsabilidades, a menos que a **CLARO** venha figurar como anuente em tais instrumentos.
- 5.1.18.2. Na hipótese citada no item 5.1.18.1 acima, a **MVNO AUTORIZADA** manter-se-á como única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações previstas no presente Contrato, sendo que, para efeito deste instrumento, as prestadoras Credenciadas serão consideradas como usuárias da **MVNO AUTORIZADA**, devendo observar ainda, independente de solicitação pela **CLARO**, os termos da cláusula 5.1.16 acima.
- 5.1.19. Emitir o Termo de Aceitação Parcial (TAP), atestando a conclusão dos testes de integração dos sistemas de TI e dos elementos de rede envolvidos na solução técnica para a prestação dos serviços na forma prevista no objeto do Contrato; bem como o Termo de Aceitação Final (TAF), atestando a conclusão de todas as atividades e providências de responsabilidade da **CLARO** necessárias e suficientes para a ativação comercial desses mesmos serviços;
- 5.1.19.1. A **MVNO AUTORIZADA** não poderá, em hipótese alguma, se abster de assinar nenhum dos termos de aceitação mencionados no item 5.1.19 acima, sem justificativa fundamentada.
- 5.1.20. Remunerar a **CLARO** pelo Compartilhamento de Uso de Rede da CLARO, objeto do presente Contrato, independentemente da realização (pela **MVNO AUTORIZADA**) do faturamento e recebimento dos valores devidos por seus Usuários (Usuários da **MVNO AUTORIZADA**), incluindo todos os tributos incidentes ou que venham a incidir, em conformidade com a legislação em vigor;
- 5.1.21. Submeter à ANATEL, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar data de assinatura do Contrato de Compartilhamento, o pedido para obtenção de outorga para prestação do SMP por meio de rede virtual (Autorizada de RV-SMP), devendo a **MVNO AUTORIZADA** encaminhar de imediato à **CLARO** a cópia do Contrato de Compartilhamento apresentado à Agência, bem como o comprovante de protocolo do pedido;
- 5.1.22. Arcar com os custos decorrentes da necessidade de aquisição de novos equipamentos, bem como de serviços de configuração e integração com a rede, plataformas e sistemas da **CLARO**, que não tenham sido previstos no *Setup Fee* por falta de interesse inicial da **MVNO AUTORIZADA**, bem como por omissão, imprecisão ou erro nas informações prestadas pela **MVNO AUTORIZADA** durante a fase de elaboração do Projeto Técnico de Compartilhamento de Rede;
- 5.1.23. Realizar o pagamento dos Serviços prestados pela **CLARO**, objeto deste Contrato, na forma avençada no Anexo 1 - Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes - incluindo todos os tributos incidentes ou que venham a incidir, conforme legislação em vigor.
- 5.1.24. Participar dos grupos constituídos pelas Autorizadas do SMP, tais como de antifraude, de completamento de chamadas, de cadastro e de portabilidade numérica, entre outros.

- 5.1.25. Elaborar seus Planos de Serviço e Promoções a serem ofertados na prestação do SMP por meio de Rede Virtual, sendo responsável pela análise legal e regulamentar, bem como dar ciência destes à ANATEL no prazo regulamentar e providenciar sua publicação.
- 5.1.26. Restabelecer a Prestação do Serviço, caso os Usuários inadimplentes da **MVNO AUTORIZADA** efetuem o pagamento do débito antes da rescisão do Contrato de Prestação do SMP.
- 5.1.27. Elaborar, independentemente do regime jurídico a que esteja sujeita, balanço e demonstrações financeiras levantadas ao final de cada exercício social, observadas as disposições da legislação vigente e regulamentação da ANATEL.
- 5.1.28. Ressarcir a **CLARO**, pelos danos diretos comprovadamente causados pela **MVNO AUTORIZADA**, excluindo os danos indiretos, lucros cessantes, insucessos comerciais, e em especial decorrentes; e (i) do mau uso da rede utilizada pela **MVNO AUTORIZADA**, objeto do Contrato de Compartilhamento ou (ii) de qualquer inadimplemento, pela **MVNO AUTORIZADA**, deste Contrato ou de legislação ou regulamento aplicável. Esta obrigação permanecerá devida em caso de término, por qualquer motivo, deste Contrato de Compartilhamento.

6 – CLÁUSULA SEXTA – PREÇOS E REAJUSTES

- 6.1. Os preços e demais condições comerciais avençados para a implementação e para a utilização da rede da **CLARO**, consoante o objeto do presente Contrato, estão estabelecidos no Anexo 1 - Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes - do presente instrumento.
- 6.2. Fica desde já estabelecido entre as Partes que qualquer revisão que vier a ser determinada em substituição, revisão, revogação ou anulação, transitado em julgado, sobre os preços e/ou seus reajustes aqui definidos, para o Compartilhamento de Rede para Prestação de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual, será aplicada ao presente Contrato a partir da notificação das Partes.
- 6.3. Na hipótese de qualquer alteração tributária ou dos encargos sociais vigentes na assinatura deste Contrato, bem como derrogação ou renovação dos benefícios e incentivos de natureza tributária e financeira que vierem a ocorrer durante a prestação de serviços ora contratados, os preços ora avençados sofrerão ajustamento para mais ou para menos, em função dessas alterações.
- 6.4. Os preços avençados poderão ser reajustados a cada período de 12 (doze) meses, ou menor periodicidade a ser fixada pelo Governo Federal, contados da assinatura do Contrato de Compartilhamento, conforme variação do IGPDÍ – Índice Geral de Preços e Disponibilidade Interna.
- 6.5. As demais condições comerciais referentes à presente contratação, estão descritas no Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – FATURAMENTO, TRIBUTOS, ENCARGOS E CONTESTAÇÃO

- 7.1. Os procedimentos para faturamento dos valores referentes ao objeto deste Contrato, bem como os relativos ao recolhimento e pagamento de tributos e encargos, e ainda, os procedimentos para apresentação e tratamento de contestações estão descritos no Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato.

- 7.2. As Partes acordam, desde já, que sobre os valores devidos em função do objeto deste Contrato, salvo acordo expresso entre as Partes, não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas Partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.
- 7.3. Todos os pagamentos a serem efetuados por uma Parte à outra em decorrência das condições previstas no presente Contrato serão realizados em Reais.

8 – CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

- 8.1. Na hipótese de uma Parte não efetuar à outra Parte, na data de vencimento correspondente, o pagamento dos valores devidos por força das disposições deste Contrato, ficará sujeito às seguintes sanções:
- 8.1.1. Aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do saldo, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento;
 - 8.1.2. Pagamento de juros de mora sobre o débito original, a ordem de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, devidos no dia seguinte ao do vencimento até a data da efetiva liquidação do débito;
 - 8.1.3. A atualização monetária com base no IGP-DI, ou no caso de extinção do IGP-DI, ou outro índice que venha a substituí-lo, respeitado o cálculo pro rata die até a data da efetiva liquidação do débito. Caso o IGP-DI ou outro índice que venha a substituí-lo seja negativo em um ou mais meses, este(s) será(ao) considerado(s) 0 (zero) para o cálculo da atualização monetária.
- 8.2. O pagamento dos valores resultantes do processo de contestação, o Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato estarão sujeitos as sanções previstas nas cláusulas 8.1.2.e 8.1.3. acima.
- 8.3. Considerando-se que as Partes já estão sujeitas às penalizações impostas pela ANATEL, caso não cumpram as metas de qualidade fixadas na regulamentação; e, ainda, o disposto nos itens 15.3 e 15.4 abaixo, as Partes acordam que não serão estabelecidas outras penalidades por eventuais quedas de qualidade, especialmente na rede da **CLARO**.
- 8.4. As penalidades aplicáveis nas situações onde for detectado o descumprimento do(s) compromisso(s) assumido(s) pela **MVNO AUTORIZADA**, conforme Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato, estão explicitadas no próprio anexo.
- 8.4.1. A **MVNO AUTORIZADA** poderá solicitar a interrupção do serviço mediante prévia notificação, com 90 (noventa) dias de antecedência, sem prejuízo do disposto na clausula 8.4 acima.
- 8.5. Os valores decorrentes da aplicação das disposições previstas na presente Cláusula Oitava serão cobrados mediante apresentação de Nota de Débito emitida pela Parte Credora contra a Parte Infratora.

9 – CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA

- 9.1. O presente Contrato será válido pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da sua assinatura, sendo renovável automaticamente por períodos de 24 (vinte e quatro) meses iguais e sucessivos, salvo se uma das Partes comunicar a outra, por escrito, a intenção de não renovar o Contrato de Compartilhamento mediante notificação prévia com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias da data de término do Contrato.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, por qualquer das Partes, mediante simples notificação por escrito à outra parte, nas seguintes situações:
- 10.1.1. Por acordo entre as Partes;
 - 10.1.2. Por disposição de norma que impossibilite o compartilhamento da rede, objeto deste Contrato de Compartilhamento;
 - 10.1.3. Por não obtenção, perda ou término da Autorização para prestação do SMP pela **MVNO AUTORIZADA**;
 - 10.1.4. Por perda ou término da Autorização para prestação do SMP da **CLARO**;
 - 10.1.5. Por decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial ou dissolução societária total de qualquer das Partes;
 - 10.1.6. Ressalvado o disposto nos itens 10.1.7 e 10.1.8 abaixo, se uma Parte descumprir quaisquer disposições do Contrato de Compartilhamento e não sanar o descumprimento em 60 (sessenta) dias corridos, ou outro prazo que vier a ser acordado entre as Partes, contados da data de recebimento da notificação enviada pela Parte prejudicada à Parte infratora, especificando o descumprimento e solicitando o saneamento do descumprimento dentro do prazo.
 - 10.1.7. A critério da **MVNO AUTORIZADA**, em caso de atraso na implementação dos serviços de compartilhamento para o Lançamento Comercial por culpa exclusiva e comprovada da **CLARO**, por prazo superior a 90 (noventa) dias.
 - 10.1.8. A critério da **CLARO**, caso a **MVNO AUTORIZADA** não realize o Lançamento Comercial em até 90 (noventa) dias contados do término da Operação de Testes Pré-Lançamento.
 - 10.1.9. A critério da **CLARO**, na hipótese de segunda ocorrência do descumprimento da obrigação prevista no item 4.1 do Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato.
 - 10.1.10. Por determinação da ANATEL, caso a atividade da **MVNO AUTORIZADA** não atenda ao interesse público ou esteja em desacordo com a regulamentação aplicável ao setor de telecomunicações;
 - 10.1.11. Por inadimplência financeira da **MVNO AUTORIZADA**, nos termos do Anexo 1 – Condições Comerciais e Procedimentos de Faturamento, Cobrança e Contestações entre as Partes – deste Contrato;
 - 10.1.12. Por decisão unilateral da **MVNO AUTORIZADA**;
 - 10.1.13. Por decisão unilateral da **CLARO**.
- 10.2. A partir da efetiva rescisão deste Contrato, que se dará por meio do recebimento da notificação, cada Parte deve prontamente fazer retornar à outra Parte, qualquer informação confidencial, equipamentos e pertences da outra Parte, bem como efetuar prontamente todos os pagamentos de quantias pendentes.

- 10.3. Em qualquer hipótese, as Partes se comprometem a envidar todos os esforços para evitar ou minimizar os danos que possam ocorrer aos usuários quando da rescisão contratual, sendo que a **CLARO** obriga-se a manter, com todas as condições de cobertura, disponibilidade, qualidade e atendimento dos serviços anteriormente acordadas, pelo prazo necessário para a migração das operações da **MVNO AUTORIZADA** para outra rede. Durante este prazo de migração, **que será de até 6 (seis) meses a partir do término do Contrato de Compartilhamento**, a **CLARO** fornecerá todas as informações solicitadas pela **MVNO AUTORIZADA** e permitirá a adoção de todas as medidas necessárias à eficiente migração para outra rede, permanecendo vigentes, durante este período as mesmas condições comerciais e operacionais.
- 10.4. No caso de rescisão do presente Contrato, as Partes firmarão Termo de Rescisão, dando mútua quitação das obrigações assumidas neste Contrato, contemplando o ajuste de contas, com a liquidação das obrigações contratuais vencidas e, proporcionalmente, quando for o caso, das obrigações em processo de vencimento.
- 10.5. Durante o primeiro período de 60 (sessenta) meses de vigência contratual, na hipótese de qualquer das Partes denunciar imotivadamente ou dar causa à rescisão deste Contrato, a Parte denunciante ficará obrigada a pagar à outra Parte, em até 30 (trinta) dias contados da rescisão deste Contrato, multa compensatória no valor correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor líquido do SETUP FEE.
- 10.6. Na hipótese da ANATEL não emitir outorga para prestação do SMP por meio de Rede Virtual a **MVNO AUTORIZADA** tendo a **CLARO** como Prestadora Origem, o presente Contrato de Compartilhamento será extinto, mediante comunicação de uma Parte a outra.
- 10.6.1. Caso a não expedição da autorização para prestação do SMP por meio de Rede Virtual seja imputada à **CLARO**, diante de recusa à implementação de alterações demandadas pela ANATEL ao Contrato de Compartilhamento, caberá à **CLARO** proceder com a devolução à **MVNO AUTORIZADA**, da(s) parcela(s) do SETUP FEE que já tenha recebido, respeitado o calendário de pagamentos da **CLARO**.
- 10.6.2. Na hipótese de implementação de alterações ao Contrato de Compartilhamento ou outras providências que venham a ser determinadas ou orientadas pela ANATEL acarretarem custos adicionais aos considerados no SETUP FEE conforme condições acordadas nos Apêndice A – Projeto de Compartilhamento de Rede – do Anexo 1 do presente Contrato, e caso a **MVNO AUTORIZADA** não concorde com o pagamento da diferença, não haverá devolução pela **CLARO** dos valores pagos à **CLARO** pela **MVNO AUTORIZADA** a título de SETUP FEE.
- 10.6.3. Caso a não expedição da autorização para prestação do SMP por meio de Rede Virtual seja imputada à **MVNO AUTORIZADA**, diante de recusa à implementação de alterações ao Contrato de Compartilhamento ou outras providências que venham a ser determinadas ou orientadas pela ANATEL, caberá à **MVNO AUTORIZADA** proceder com o pagamento à **CLARO**, de 20% (vinte por cento) da parcela remanescente do SETUP FEE referente ao serviço contratado ou dos valores informados pela **CLARO**, em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, sob pena de aplicação dos encargos de mora previstos na Cláusula Oitava – Penalidades - deste Contrato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

- 11.1. É vedado a qualquer das Partes ceder ou transferir as obrigações e direitos oriundos do presente instrumento, total ou parcialmente, sem expressa autorização da outra Parte, ressalvados os casos de cessão e transferência decorrentes de reestruturação societária, tais como os de fusão, cisão e incorporação envolvendo uma das Partes, devidamente aprovada pelos Órgãos competentes, devendo a Parte que o fizer, notificar a outra.
- 11.2. A eventual cessão ou transferência parcial ou total do presente Contrato ou de quaisquer direitos dele decorrentes, não eximirá a Parte Cedente de quaisquer de suas responsabilidades ou obrigações derivadas deste Contrato.
- 11.3. O presente Contrato obriga as Partes por si e seus sucessores. Em caso de reestruturação societária de qualquer das Partes, dentro das modalidades previstas na legislação societária aplicável, a entidade sucessora obrigatoriamente se sub-roga em todos os direitos e obrigações assumidas neste instrumento.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

- 12.1. As Partes retêm individualmente seus respectivos direitos de propriedade intelectual e industrial dos sistemas de TI e engenharia, bem como de quaisquer outras obras criadas, desenvolvidas ou modificadas em razão deste Contrato de Compartilhamento. Nenhum direito de propriedade intelectual e industrial atualmente existente ou que venha a ser adquirido ou licenciado por uma Parte, será outorgado à outra Parte.
- 12.2. As marcas e patentes pertencentes a uma Parte e que forem necessárias à outra Parte para o cumprimento das atividades previstas neste Contrato de Compartilhamento (uso de quaisquer facilidades ou equipamentos, incluindo programas/software), somente poderão ser utilizadas mediante expressa autorização prévia, por escrito, da Parte detentora dos direitos, salvo disposição em contrário contida no presente instrumento.
- 12.3. Cada Parte será responsável, sem nenhum custo adicional à outra Parte, pela obtenção das licenças relativas à propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros, usadas para o cumprimento de suas respectivas obrigações vinculadas ao presente Contrato de Compartilhamento.
- 12.4. Salvo acordo específico prévio, por escrito, em contrário, nenhuma Parte pode publicar ou usar logotipo, marcas, marcas registradas (incluindo marca de serviço) e patentes, nome, redações, fotos, quadros, símbolos ou palavras da outra Parte, que impliquem associação do nome da outra Parte a qualquer produto, serviço, promoção ou qualquer outra matéria de publicidade.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPUTAS OU CONTROVÉRSIAS

- 13.1. As Partes empreenderão seus melhores esforços para dirimir quaisquer conflitos de interesse que possam surgir em decorrência da execução deste Contrato.
- 13.2. A partir da data em que surgir algum conflito, divergência ou disputa (“controvérsia”) decorrente da execução do presente Contrato, as Partes deverão amigavelmente e de boa-fé, buscar conciliar seus mútuos interesses, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação, encaminhada por escrito de uma parte a outra, a respeito da existência de Controvérsia, ou dentro de qualquer outro prazo mutuamente acordado, devendo ser observados os procedimentos previstos no Anexo 3 - Condições Operacionais para Gestão de Serviços - deste Contrato.

- 13.3. Os conflitos que não puderem ser resolvidos amigavelmente no prazo estabelecido no item 13.2 serão submetidos ~~à~~ ANATEL, sem prejuízo da adoção de quaisquer outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis, respeitando-se, nesse último caso, os critérios de eleição de Foro especificados nesse contrato.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 14.1. A atuação da **MVNO AUTORIZADA** visará a oferta de serviços, por meio de processos simplificados e eficientes, especialmente elaborados para atender a segmentos de mercado específicos, com propostas inovadoras de facilidades, condições e relacionamento com os Usuários, de modo que seus produtos e serviços sejam distintos daqueles ofertados pela **CLARO**.

14.1.1. A **MVNO AUTORIZADA** se compromete a não ofertar a clientes da **CLARO** serviços idênticos aos que eles já tenham diretamente contratado junto à **CLARO**.

- 14.2. A **MVNO AUTORIZADA** se compromete a pautar sua atuação no sentido de não atacar ou comprometer a reputação da **CLARO**, seja no âmbito dos recursos tecnológicos por esta utilizados e/ou no que diz respeito aos planos de serviço, ofertas e promoções praticados pela **CLARO**.

- 14.3. As Partes acordam que serão empregados os recursos de rede e de TI, bem como os procedimentos estabelecidos conjuntamente para a implementação e consecução do Compartilhamento de Rede como base nas condições, critérios e procedimentos descritos nos que integram o presente Contrato, restando certo que poderão ocorrer, de comum acordo entre as Partes, modificações e/ou inclusão de itens, mediante Termo Aditivo, visando otimizar a utilização dos recursos empregados e a operacionalização das atividades inerentes ao Compartilhamento.

- 14.4. As Partes acordam em estabelecer um período de “Operação de Teste Pré-Lançamento”, período este durante o qual a **MVNO AUTORIZADA** operará em modo de teste controlado para aferição do desempenho, estando tal operação limitada ao máximo de 5.000 (cinco mil) habilitações em seus SIM cards. A Operação de Teste Pré-Lançamento terá a duração mínima de 15 (quinze) e máxima de 45 (quarenta e cinco) dias.

14.4.1. Não sendo identificado quaisquer impedimentos técnicos no decorrer da Operação de Teste Pré-Lançamento, as Partes procederão com a aceitação da solução, por escrito, na forma prevista no Apêndice B.1 ou no Apêndice B.2 que integram o Anexo 2 deste Contrato, quando então será realizado o lançamento comercial.

- 14.5. As Partes se comprometem a executar e concluir todos os testes por elas conjuntamente especificados no decorrer da Operação de Teste Pré-Lançamento, bem como cumprir com as atividades que estiverem sob suas respectivas responsabilidades, inclusive emissão e assinatura de termo de aceite, de modo a viabilizar o Lançamento Comercial, conforme cronograma previsto no Apêndice B – Plano de Implementação do Projeto – do Anexo 2 – Condições Técnicas – do presente Contrato.

- 14.6. Caso a outorga à **MVNO AUTORIZADA** para prestar o SMP por meio de Rede Virtual não seja emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações em até 60 (sessenta) dias da assinatura deste Contrato de Compartilhamento, observado o disposto no item 5.1.21 do mesmo, o prazo

para o início da Operação de Teste de Pré-lançamento e, conseqüentemente, do Lançamento Comercial poderão ser revistos pela **CLARO**.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A consecução do objeto deste Contrato será regida pelo ordenamento jurídico brasileiro, em especial, pela legislação, regulamentos e normas de regência do setor de telecomunicações.
- 15.2. As Partes acordam que o presente Contrato constitui o acordo completo entre as Partes, sobrepondo-se a discussões anteriores, no que diz respeito, exclusivamente, ao seu objeto, portanto, substitui e rescinde todos os demais instrumentos contratuais firmados entre as Partes que tenham por objeto Compartilhamento de Uso de Rede para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual, que passa a ser regida integralmente pelo presente Contrato de Compartilhamento.
- 15.3. Sem prejuízo das demais disposições previstas neste Contrato, serão indenizados os danos diretos, desde que comprovados, causados por uma das Partes à outra, seja por si, ou por seus empregados, agentes ou terceiros contratados para a execução deste Contrato, sendo excluídos os danos indiretos, insucessos comerciais e lucros cessantes.
- 15.4. Nenhuma das Partes responde por perdas e danos indiretos, em especial por danos emergentes e lucros cessantes, bem como não indenizará os insucessos comerciais da outra Parte e as reclamações de terceiros ou clientes desta, surgidas em decorrência de falhas havidas na operação de responsabilidade da outra Parte, exceto nos casos em que for comprovada ação deliberada de uma Parte para prejudicar a outra.
- 15.5. Qualquer modificação no presente Contrato somente poderá ser efetivada mediante assinatura de Termo Aditivo pelos representantes legais das Partes, devendo ser encaminhada uma cópia à ANATEL.
- 15.6. Na hipótese em que uma ou mais disposições deste Contrato sejam consideradas inválidas, ilegais ou, de alguma forma, inexecutíveis, a validade, legalidade ou aplicabilidade das disposições remanescentes contidas neste instrumento ficarão, de modo algum, afetadas ou comprometidas.
- 15.7. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
 - 15.7.1. A Parte que for afetada por caso fortuito ou motivo de força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
 - 15.7.2. Cessados os efeitos de caso fortuito ou motivo de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.
 - 15.7.3. Se a ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou motivo de força maior.

15.8. Este Contrato, em nenhuma hipótese, cria uma *joint venture* ou relação de parceria ou de representação comercial entre as Partes, de que trata a Lei n.º 4.886, de 09 de dezembro de 1965, sendo cada uma inteiramente responsável por seus atos e obrigações. Nenhuma das Partes poderá assumir ou criar qualquer obrigação, expressa ou implícita, em nome da outra Parte. Em todas as questões relativas ao presente Contrato, a **MVNO AUTORIZADA** e a **CLARO** agirão como empresas independentes. Nenhuma das Partes poderá declarar que possui qualquer autoridade para assumir ou criar qualquer obrigação, expressa ou implícita, em nome da outra Parte, nem representar a outra Parte como agente, funcionário, representante ou qualquer outra função.

15.8.1. As Partes reconhecem que não têm autoridade ou poder para, direta ou indiretamente, obrigar, negociar, contratar, assumir débitos, obrigações ou criar quaisquer responsabilidades em nome da outra Parte, sob qualquer forma ou com qualquer propósito.

15.9. Este Contrato não cria qualquer relação trabalhista entre as Partes ou entre uma Parte e os empregados de outra Parte. Cada uma das Partes assume total responsabilidade como único empregador, devendo para tanto, cumprir todas as obrigações trabalhistas, tais como salários, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas com diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou contratados, não persistindo qualquer tipo de solidariedade ou responsabilidade subsidiária entre elas, assumindo, cada Parte, total responsabilidade por qualquer disputa ou litígio movido por seus empregados ou contratados.

15.10. As Partes responsabilizar-se-ão pelo planejamento e execução de todas as atividades que, por força deste Contrato e de atos normativos emanados do órgão regulador do setor de telecomunicações, lhe sejam afetos, de maneira a salvaguardar, convenientemente, o pessoal de ambas as Partes e terceiros, contra acidentes, bem como evitar prejuízos a bens das Partes e/ou de terceiros.

15.11. Todas as notificações e outros comunicados relacionados a este Contrato devem ser efetuados por escrito, podendo ser encaminhados pessoalmente, ou remetidos mediante serviços postais com comprovação de recebimento, ao endereço que venha a ser indicado por cada Parte conforme previsto no item 3.1.14 deste Contrato, sendo considerados recebidos na data do protocolo de sua entrega ao destinatário. A fim de agilizar a comunicação acima, as Partes poderão aceitar, os enviados por e-mail. Entretanto, cada uma das Partes deverá encaminhar os documentos originais assinados, sendo estes os válidos para início da contagem dos prazos.

15.12. Para fins das comunicações relativas a este Contrato devem ser considerados os seguintes dados e endereços das Partes:

Para a **CLARO**:

At.: Sr(a).

Endereço:

E-mail:

C/c.:

Para a **MVNO AUTORIZADA**:

At.:

Endereço:

E-mail:

C/c:

- 15.13. Os bens e equipamentos eventualmente cedidos pela **CLARO** e sob a guarda da **MVNO AUTORIZADA** são insuscetíveis de penhora, arresto, sequestro e outras medidas de execução e ressarcimento de exigibilidade da **MVNO AUTORIZADA** perante terceiros, sendo responsável a **MVNO AUTORIZADA**, direta ou indiretamente, pelas despesas que se fizerem necessárias para desoneração dos bens e equipamentos eventualmente gravados com as constringências referidas. Em nenhuma hipótese a **MVNO AUTORIZADA** poderá, valendo-se ou não dessa condição, transacionar recursos de rede da CLARO, o mesmo se aplicará no sentido recíproco.
- 15.14. A Parte que, comprovadamente, causar danos às instalações e equipamentos da outra Parte, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação dos equipamentos, será responsável pelo ressarcimento desses danos diretos, limitado ao valor de reposição dos equipamentos e instalações danificadas.
- 15.15. A **CLARO** poderá suspender total ou parcialmente os serviços previstos no objeto do presente Contrato, caso a **MVNO AUTORIZADA** pratique ações que atentem contra a integridade da rede da **CLARO**, e/ou que possa implicar em risco para o funcionamento da sua rede, para a interoperabilidade dos serviços, assim como para a continuidade dos serviços prestados aos seus usuários.
- 15.16. Caso uma das Partes seja compelida a figurar em qualquer processo ou procedimento administrativo ou judicial, de natureza cível, consumerista e/ou regulatória em razão de ação ou omissão da outra Parte, relacionada a execução do objeto do presente Contrato, fica a Parte acionada obrigada a informar à Parte infratora acerca da instauração do aludido Processo ou Procedimento.
- 15.16.1. Na hipótese do item 15.16 acima, a Parte infratora obriga-se a tomar as medidas necessárias para substituir a Parte acionada no processo judicial ou Procedimento Administrativo em trâmite, assumindo o pólo passivo da demanda, ou, minimamente, figurando em conjunto com a Parte acionada no pólo passivo, mantendo-se, em qualquer hipótese, responsável pelo pagamento do valor correspondente à condenação transitada em julgado, despesas, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios sucumbenciais, e custas judiciais na hipótese de deferimento da substituição processual.
- 15.16.2. Caso a substituição e a inclusão em apreço não sejam deferidas, ou não sejam aplicáveis, a Parte acionada obriga-se a informar à Parte infratora sobre todo o andamento do processo, obrigando-se por sua vez a Parte infratora a fornecer todos os subsídios para defesa da Parte acionada, ficando a Parte infratora obrigada a ressarcir a Parte acionada do valor correspondente à condenação transitada em julgado, despesas, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios, e custas judiciais.
- 15.16.3. No caso de processos administrativos, a obrigação de indenizar da Parte infratora verificar-se-á a partir da decisão final e irrecorrível proferida em âmbito administrativo e inclui os valores de penalidades e sanções impostas pela Autoridade Administrativa, despesas vinculadas, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios, e eventuais custas administrativas.
- 15.17. Caso ocorram, a qualquer tempo, alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ou nas condições da Autorização de quaisquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, as Partes deverão aditá-lo por escrito, conforme necessário.

15.18. Para todo e qualquer prazo previsto neste Contrato, exceto para o que estiver expressamente disposto em contrário, especialmente nos anexos deste Contrato, deverão atender os dias e horários abaixo descritos:

15.18.1. “Dia útil”: qualquer dia da semana exceto sábados, domingos e feriados nacionais nos estabelecimentos de cada uma das Partes.

15.18.2. “Horário comercial”: qualquer horário entre as 09 horas e as 18 horas, horário local de Brasília.

15.19. A abstenção pelas Partes do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte não serão consideradas renúncias, abstenções ou concordâncias em relação a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo a critério da Parte titular dos mesmos.

15.20. Qualquer omissão ou tolerância, por qualquer das Partes, quanto ao não cumprimento pela outra Partes de quaisquer dos termos ou condições deste Contrato, ou em exercer direitos dele decorrentes, representará mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos, podendo ser exercida pela Parte que se sentir prejudicada, a qualquer tempo.

15.21. As Partes se obrigam a observar as diretrizes da legislação aplicável quanto à proteção de dados e privacidade, para fins tratamento de dados pessoais dos Clientes, no âmbito deste Contrato e que em hipótese alguma, farão uso dessas informações com finalidade não prevista neste Contrato ou tomarão quaisquer providências no sentido de (i) copiar a referida base e/ou (ii) tomar quaisquer medidas que venham a representar uso indevido das informações dos clientes.

15.21.1. A **MVNO AUTORIZADA** se obriga, ainda, a:

15.21.1.1. Adotar mecanismos de segurança que garantam a manutenção do sigilo e a privacidade dos dados dos clientes que tiver acesso, devendo implementar as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar que os dados pessoais não serão registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal e para proteger os dados pessoais de acordo com a legislação aplicável;

15.21.1.2. Quando aplicável, coletar somente as informações indicadas pela CLARO como necessárias para a prestação dos serviços;

15.21.1.3. Abster-se de firmar quaisquer parcerias baseadas na utilização da base de dados dos clientes;

15.21.1.4. Notificar a CLARO por escrito, em até 72 horas, sobre qualquer tratamento indevido dos dados pessoais ou violação das disposições deste Contrato, ou se qualquer notificação, reclamação, consulta ou solicitação for feita por uma autoridade reguladora devido ao tratamento dos dados pessoais relacionado a este Contrato. Tal notificação deverá conter, no mínimo:

- (i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- (ii) informações sobre os titulares envolvidos;
- (iii) informação sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;

- (iv) os riscos relacionados ao incidente;
- (v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- e
- (vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo causado.

15.21.2. Exaurida a finalidade do tratamento dos dados, ou quando da extinção do presente contrato, os dados pessoais eventualmente tratados pela **MVNO AUTORIZADA** deverão ser eliminados, de forma segura e definitiva, exceto conforme previsão legal.

15.21.3. A **CLARO** poderá, a qualquer tempo, auditar a **MVNO AUTORIZADA** e seus sistemas, de modo a identificar se está havendo adequado tratamento da base de dados dos clientes. A **CLARO** iniciará os trabalhos de auditoria por meio de notificação enviada com 5 (cinco) dias de antecedência, informando acerca da auditoria e do seu escopo.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONFIDENCIALIDADE

16.1. As Partes, por si e por seus empregados, prepostos e/ou subcontratados envolvidos na execução deste Contrato, se obrigam a manter absoluta confidencialidade em relação a qualquer informação, material, dados e/ou documentos, que não sejam de domínio público, que vierem a ter acesso em decorrência deste Contrato, ou das negociações posteriores para realização de seus objetivos, sendo-lhe vedadas a divulgação, transferência, cessão ou qualquer outra forma de transmissão a terceiros de tais informações, materiais, dados e/ou documentos, salvo se expressamente autorizado pelo presente Contrato ou pela outra Parte.

16.2. As Partes ficam desde já autorizadas a tornar disponíveis as Informações Confidenciais em decorrência da execução do objeto do presente Contrato para suas filiais, subsidiárias, coligadas, controladas ou controladoras, em decorrência da execução do objeto do presente Contrato, desde que as Partes sejam responsáveis por qualquer violação do conteúdo da Cláusula Décima Quinta por suas filiais, subsidiárias, coligadas, controladas ou controladoras, como se tal violação fosse realizada pela própria Parte divulgadora.

16.3. As Partes também ficam desde já autorizadas a tornar disponíveis as Informações Confidenciais em decorrência da execução do objeto do presente Contrato aos seus respectivos Fornecedores que estejam envolvidos na execução do objeto do presente Contrato, desde que as Partes sejam responsáveis por qualquer violação do conteúdo da Cláusula Décima Sexta por estes Fornecedores, como se tal violação fosse realizada pela própria Parte divulgadora.

16.4. Para efeitos desta Cláusula, entende-se por Informação Confidencial toda e qualquer informação, dado, documento, projeto, produto, produto planejado, serviço ou serviço planejado, subcontratado, Cliente, Cliente em potencial, registro de detalhes de chamadas de Clientes, software de computação, programa, processo, método, conhecimento, invenção, ideia, promoção de marketing, descoberta, atividade atual ou planejada, pesquisa, desenvolvimento ou outro material a que as Partes tenham acesso em virtude deste Instrumento, ou das negociações posteriores para realização de seus objetivos, qualquer informação ou conhecimento que se refira ao negócio ou a segredos comerciais de qualquer das Partes, as informações técnicas e comerciais e outras relativas ao funcionamento e desenvolvimento empresarial das Partes que seja transmitida por uma Parte à outra de forma:

- (i) Gráfica, escrita ou de qualquer outra forma que possa ser lida ou decifrada por máquinas e computadores;
- (ii) Verbal;
- (iii) De outras formas que incorporem ou exibam o conteúdo da informação e que estejam com o dizer "CONFIDENCIAL" e/ou "SIGILOSO" ou quaisquer outras expressões similares.

16.5. Não são consideradas Informações Confidenciais aquelas que:

- (i) Já sejam do conhecimento da Parte Receptora, sem que tenha havido qualquer restrição quanto a sua confidencialidade quando do seu recebimento, ou desenvolvida independentemente pela Parte Receptora;
- (ii) Tenham sido obtidas de terceiro, não sujeito a qualquer obrigação de confidencialidade e sem violação de sigilo pela Parte Receptora; ou
- (iii) Sejam de domínio público quando recebidas, ou a partir de então caírem em domínio público sem culpa da Parte Receptora.

16.6. Caso a Parte Receptora seja requerida por lei, regulamento, ordem judicial ou de autoridades governamentais com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à Parte Reveladora, por escrito e anteriormente à referida divulgação, para que a mesma possa legalmente buscar impedir a divulgação e restringir a divulgação à parte da Informação Confidencial ao necessário para atender à requisição.

16.7. A obrigação de confidencialidade a que se refere o Item 16.1 acima vincula as Partes durante a vigência deste Instrumento e após o seu término, por um período de 3 (três) anos.

16.8. As Partes se obrigam a obter prévio e expresso consentimento da outra Parte para a publicação de quaisquer relatórios, ilustrações, entrevistas ou quaisquer informações relativas à execução do objeto do Instrumento ora ajustado, bem como a notificar previamente, por escrito, a outra Parte, no caso de vir a ser obrigado a realizar a divulgação por força de lei ou ordem judicial.

16.9. A Parte à qual as Informações Confidenciais sejam divulgadas, entregará tais informações somente àqueles empregados e/ou colaboradores que estiverem diretamente envolvidos ou tenham sido contratados para os fins deste Instrumento, e que necessitam tomar conhecimento das mesmas, responsabilizando-se para que esses empregados e/ou colaboradores estejam cientes e cumpram estas obrigações de sigilo.

16.10. As Informações Confidenciais deverão ser, quando do término da vigência deste Instrumento, por qualquer motivo, devolvidas ou destruídas, inclusive cópias.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTICORRUPÇÃO E ÉTICA

17.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados, adotando as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das Leis Anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores e colaboradores ou terceiros por ela contratados. A violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato. A **MVNO AUTORIZADA** declara ter conhecimento do conteúdo do Código de Ética da **CLARO** disponível no link <http://site.claro.com.br/claropar/governanca-corporativa/codigo-de-etica/>

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As Partes elegem, de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, presente ou futuro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, XX de XXXXXXX de 201X.

CLARO S.A.

<<EMPRESA>>

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF